



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2012

EDITAL

(Processo PRODASEN nº 000.370/11-8)

A **UNIÃO**, por intermédio do **SENADO FEDERAL**, doravante denominado SENADO, e este Pregoeiro, designado pela Portaria do Presidente do Senado Federal nº 40, de 2011, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450/2005, bem como da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010 e tendo em vista o que consta do Processo PRODASEN nº 000.370/11-8, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **contratação de empresa para a prestação de serviços de digitalização de um acervo de recortes de jornais, reconhecimento ótico de caracteres dos textos existentes nos recortes sem conferência visual, indexação do conteúdo dos recortes, gravação de arquivos de metadados, textos e imagens resultantes em meio magnético (temporário) e a geração de microfilmes para a Biblioteca do Senado Federal.**

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico COMPRASNET.

DATA: 31/05/2012.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 9:30hs.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO I - DO OBJETO

1.1 - O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para digitalização de um acervo de recortes de jornais, reconhecimento ótico de caracteres dos textos existentes nos recortes sem conferência visual, indexação do conteúdo dos recortes, gravação de arquivos de metadados, textos e imagens resultantes em meio magnético (temporário) e a geração de microfilmes, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATSER e as constantes deste edital prevalecerão as últimas.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 – Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do site www.comprasnet.gov.br.

2.1.1 – Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 – O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao SENADO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 - Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo, e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 - Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, consórcios de empresas ou empresas que, por qualquer motivo, estejam punidas com a suspensão do direito de licitar ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou distrital, bem como as pessoas elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/1993, além das empresas que se encontrem em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação.

CAPÍTULO III – DA PROPOSTA

3.1 - A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.2 – A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, os **preços unitário por recorte de jornal e total da proposta, considerando a quantidade estimada de 1.000.000 (um milhão) de recortes de jornal**, expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.2.1 – O arredondamento de valores e preços da presente licitação reger-se-á da seguinte forma, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 20/2010:



SENADO FEDERAL

a) para os valores utilizados em operações matemáticas de somatório serão utilizadas duas casas decimais e para aplicação de índices de correção monetária serão utilizadas sete casas decimais.

b) quando a casa decimal imediatamente posterior à definida na letra ‘a’ for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada.

3.3 – No campo “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, deverão ser prestados todos os demais esclarecimentos necessários ao perfeito detalhamento do objeto.

3.3.1 – Prazo de início dos serviços de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

3.3.2 – Prazo de execução dos serviços de, no máximo, 12 (doze) meses, contados do seu início.

3.3.3 – Prazo de garantia de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data do encerramento do contrato.

3.4 – A omissão dos prazos fixados no subitem anterior implica a aceitação dos prazos indicados neste edital.

3.5 – A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.6 - Serão desclassificadas as propostas que comprovadamente cotarem objeto diverso daquele requerido nesta licitação ou que desatendam as exigências deste edital.

3.7 – A licitante que se enquadre na definição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar nº 123/2006 deverá declarar em campo próprio do sistema.

3.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.9 – As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.9.1 – Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

3.9.2 – Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.



SENADO FEDERAL

3.10 – As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.10.1 – Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.11 – A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

CAPÍTULO IV – DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 - A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no site www.comprasnet.gov.br.

4.2 - Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3 - Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.4 – Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.5 – No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no site www.comprasnet.gov.br.

CAPÍTULO V – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

5.2 - Somente as licitantes com propostas apresentadas classificadas participarão da fase dos lances.

CAPÍTULO VI – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 – Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.2 – A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.



SENADO FEDERAL

6.3 – Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4 – Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

6.5 - Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

6.6 - Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7 - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta minutos), aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

CAPÍTULO VII – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E SOCIEDADES COOPERATIVAS

7.1 - Havendo participação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas na sessão de lances, serão observados, antes da declaração da licitante vencedora, os critérios de preferência estabelecidos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.1.1 - Encerrada a fase de ofertas de lances, caso a melhor proposta não tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa e houver proposta apresentada por alguma(s) dessas pessoas jurídicas, com valor até 5% (cinco por cento) superior à menor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa será convocada a apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas às exigências habilitatórias, será adjudicado a seu favor o objeto desta licitação;

b) não sendo vencedora a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa a mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite fixado no “caput” deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.2 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.



SENADO FEDERAL

CAPÍTULO VIII – DO JULGAMENTO

8.1 – O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

CAPÍTULO IX – DA NEGOCIAÇÃO

9.1 – Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1 – A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

CAPÍTULO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1 - O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o reenvio de sua proposta de preço devidamente adequada ao último lance via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br**, cujo prazo máximo para atendimento será de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação.

10.1.1 – A proposta de preços deverá ser formatada conforme modelo constante do Anexo 4, e estar acompanhada do instrumento de outorga de poderes ao representante legal da empresa que assinará o contrato.

10.1.2 – Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

10.1.3 – A licitante detentora da proposta mais bem classificada que deixar de atender à solicitação prevista neste Capítulo, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.2 – O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo 01), bem como sua adequação às especificações técnicas do objeto.

10.2.1 - O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta.

10.2.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.2.3 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e



SENADO FEDERAL

instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

CAPÍTULO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1 – A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao IV do Cadastro de Pessoa Jurídica e da documentação complementar especificada neste edital.

11.2 – As licitantes que não atenderem às exigências do Cadastro de Pessoa Jurídica, Nível I ao IV, do SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.

11.3 – As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

11.3.1 - CAPACIDADE TÉCNICA:

- a.** Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a licitante prestou ou está prestando, a contento, serviço compatível com o objeto licitado, indicando a natureza, prazo, local de execução, data e outros elementos caracterizadores prestados;

11.3.2 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a.** comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral, informados pelo SICAF, for igual ou inferior a 1 (um).
- b.** Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

11.3.3 – REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

11.3.4 – OUTROS DOCUMENTOS:

- a.** A licitante deverá preencher em campo próprio do sistema, sob pena de inabilitação:
 - a.1.** Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;



SENADO FEDERAL

a.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo, nos termos do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/1993;

a.3. Declaração de Proposta Independente (DPI).

11.4 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número **(61) 3303-1068**, ou para o endereço eletrônico **copeli@senado.gov.br** no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados da solicitação do Pregoeiro.

11.4.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro, a **Secretaria da Comissão Permanente de Licitação do Senado Federal**, situada na **Via N2, Unidade de Apoio II, CEP 70.165-900, Brasília-DF**.

11.5 – Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição do CNPJ.

11.6 – Caso a licitante tenha mais de um domicílio, deverá apresentar documentos para habilitação relativamente a apenas um deles, com mesmo CNPJ.

11.6.1 – Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica a regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que pela própria natureza são emitidos somente em nome da matriz.

11.7 – O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

11.8 – As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.8.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

11.8.2 - a não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os



SENADO FEDERAL

licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.9 - O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante quando o intervalo entre a sua data de expedição ou revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

11.9.1 - Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

CAPÍTULO XII – DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

12.1 – Se a proposta não for aceitável ou, ainda, se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

12.2 – Constatado que a licitante detentora da melhor proposta atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

CAPÍTULO XIII – DO RECURSO

13.1 – Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de **20 (vinte) minutos**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

13.1.1 – A falta de manifestação motivada no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

13.1.2 – O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.1.3 – A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.1.4 – Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação da licitante.

13.2 - Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contra-razões de recurso, à licitante interessada será assegurada vista imediata dos elementos necessários à defesa de seus interesses.

13.3 – Admitido o recurso, caso o pregoeiro mantenha a sua decisão, será o mesmo apreciado pela autoridade competente.



SENADO FEDERAL

13.4 - Os recursos apresentados pelas licitantes serão dirigidos, por intermédio do Pregoeiro, ao Senhor Diretor-Geral Adjunto, nos termos do art. 10 do Regulamento de Compras e Contratações do SENADO aprovado pelo Ato nº 10/2010 da Comissão Diretora c/c o art. 4.º, incisos XVIII, XIX, XX e XXI, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002.

13.5 – O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

CAPÍTULO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Diretor-Geral Adjunto do Senado Federal.

14.2 – A homologação deste Pregão compete ao Diretor-Geral do Senado Federal.

14.3 – O objeto deste Pregão será adjudicado **globalmente** à vencedora do certame.

CAPÍTULO XV – DA ASSINATURA DO CONTRATO

15.1 – Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

15.1.1 – O não comparecimento da licitante no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a convocar outra licitante para assumir o objeto da licitação e, após negociação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, assinar o respectivo contrato, obedecida a ordem de classificação.

15.2 – Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

CAPÍTULO XVI – DAS PENALIDADES

16.1 – A licitante que, convocada para assinar o contrato, no prazo estabelecido no item 15.1, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o seu valor global, caso se recuse ao cumprimento desse procedimento nesse prazo, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei.

16.2 - As licitantes subseqüentes, na hipótese de aceitarem a convocação prevista no subitem 15.1.1, e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 16.1.

16.3 - Se a licitante e/ou contratada deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, fraudar o processo licitatório, comportar-se de modo inidôneo, ou



SENADO FEDERAL

cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciada no SICAF ou do sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

16.3.1 – No caso de entrega ou apresentação de documentação falsa exigida para o certame, não manutenção da proposta, fraude na execução do contrato, comportamento inidôneo ou se cometer fraude fiscal, ficará a contratada ou licitante, conforme o caso, sujeita à aplicação de multa de 10% sobre:

- a) o valor total do ajuste, se contratada; e
- b) o valor total de sua proposta, se licitante.

16.4 - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CAPÍTULO XVII – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

17.1 – Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão, mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

17.2 – O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.3 – Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4 – Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro em até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico copeli@senado.gov.br.

17.5 – As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados.

CAPÍTULO XVIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

18.2 - Integram este edital os seguintes anexos: Anexo 01 – Termo de Referência; Anexo 02 – Especificações; e Anexo 03 – Minuta de contrato.



SENADO FEDERAL

18.3 - É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova as informações obtidas pelo Pregoeiro.

18.4 - No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18.5 - As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

18.6 - As demais disposições obrigatórias definidas nos incisos do art. 40 da Lei nº 8.666/1993 estão previstas nos anexos deste edital.

18.7 - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

CAPÍTULO XIX – DO FORO

19.1 - Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão, que não possa ser resolvida administrativamente, fica eleito o foro da Justiça Federal, na cidade de Brasília, Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília, 16 de maio de 2012.

WESLEY GONÇALVES DE BRITO
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2012

(Processo PRODASEN nº 000.370/11-8)

ANEXO 01

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO	Contratação de empresa especializada para digitalização de um acervo de recortes de jornais, reconhecimento ótico de caracteres dos textos existentes nos recortes sem conferência visual, indexação do conteúdo dos recortes, gravação de arquivos de metadados, textos e imagens resultantes em meio magnético (temporário) e a geração de microfilmes.
ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	Conforme Anexo 02 (Especificações) do edital.
QUANTIDADE	1.000.000 (um milhão) de recortes de jornal.
JUSTIFICATIVA	Construir um acervo institucional com o intuito de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso aos documentos digitais e informações armazenadas em banco de dados cujo conteúdo seja pertinente ao Poder Legislativo; permitir o acesso às informações armazenadas em meio digital a qualquer cidadão, utilizando a Internet, sem a necessidade da presença física na Biblioteca do Senado Federal e com facilidades de pesquisa e recuperação.
ADJUDICAÇÃO	Menor Preço Global.
PREÇO(S) ESTIMADO(S)	Item único: R\$ 0,21 (vinte e um centavos) por recorte de jornal GLOBAL: R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais)
VIGÊNCIA DO CONTRATO	12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura.
FORMA DE PAGAMENTO	O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento definitivo do objeto.



SENADO FEDERAL

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Programa de Trabalho: 037636 Natureza da Despesa: 339039
PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	Até 12 (doze) meses, contados do seu início.
LOCAL DE EXECUÇÃO	Fase de preparação: Senado Federal, Brasília-DF. Demais fases: dependências da contratada.
FISCALIZAÇÃO	Conforme cláusula nona da minuta de contrato.

Brasília, 16 de maio de 2012.

WESLEY GONÇALVES DE BRITO
Pregoeiro



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2012

(Processo PRODASEN nº 000.370/11-8)

ANEXO 02

ESPECIFICAÇÕES

CATSER: 14486

1. Detalhamento do Objeto

Digitalização de documentos em preto e branco, escala de cinza e em cores, conforme a coloração do recorte, em um total estimado de **1.000.000 (um milhão)** de recortes de jornal de tamanho máximo igual ao A2 (420 mm x 594 mm), estando todos os originais acondicionados em pasta do tipo AZ (suspensa). A distribuição percentual aproximada dos tamanhos dos recortes tem a seguinte distribuição aproximada:

- Tamanho A2 – 10% (dez por cento);
- Tamanho irregular, menor que A2 – 5% (cinco por cento); e
- Tamanho A4 – 85% (oitenta e cinco por cento);

Os lotes de documentos serão preparados pela Contratada nas dependências do Senado Federal. A Contratada será responsável por sua busca, processamento e devolução, nos termos do contrato, edital e seus anexos. A execução dos serviços deverá considerar as etapas descritas neste anexo.

2. Preparação do material para digitalização

O trabalho de preparação deverá ser executado nas dependências da Biblioteca do Senado Federal, **por representantes da contratada**, com as seguintes atividades:

- Gerar etiqueta gomada que deverá ser afixada na **face de cada pasta** com recortes de jornais, com as seguintes informações:
 - Identificação da pasta: nome do assunto da pasta;
 - Período dos recortes: data inicial e final dos recortes da pasta; e
 - Quantidade de recortes da pasta.
- Gerar etiqueta gomada que deverá ser afixada no **verso de cada recorte de jornal**, de forma que não dificulte a leitura da matéria, com as seguintes informações:
 - Nome Identificação e sequencial da Pasta a que o recorte pertence;
 - Sequencial: sequência de colocação do recorte dentro da pasta (que deverá obedecer a sequência cronológica das datas das notícias); e



SENADO FEDERAL

- o Nome do arquivo: nome que será dado ao arquivo imagem gerado (conforme regra de formação descrita neste documento).

A empresa contratada deverá garantir que os recortes estejam colocados em ordem cronológica dentro das pastas.

Cada pasta não deverá ter mais que 200 (duzentos) recortes de jornais. Caso a pasta original dos recortes supere este número, deverá ser subdividida, mantendo-se a ordem dos recortes.

Cada pasta deverá constituir um lote para a digitalização.

Um conjunto de lotes deverá gerar uma Ordem de Serviço.

3. Tipos de arquivos gerados

Para esta coleção deverão ser gerados os arquivos imagem de trabalho, os de imagem para exibição, os de metadados e os microfilmes, conforme as características a seguir.

4. Arquivo imagem de trabalho

Estes arquivos serão gerados para serem encapsulados, na etapa seguinte, para arquivos formato Adobe PDF e para serem gravados nos microfilmes. As especificações a seguir têm o objetivo de manter uma qualidade aceitável nas imagens e permitir uma taxa de reconhecimento dos caracteres adequada às especificações do próximo item, “Arquivos para Exibição”:

- Formato da imagem – TIFF 6.0 - Tagged Image File Format;
- Resolução (espacial) - 300 dpi (trezentos pontos por polegadas);
- Escala (tamanho da imagem gerada) – 100 % (tamanho do original)
- Para os originais coloridos:
 - Resolução de cor (bit depth) - 24 bits – 16,7 milhões de cores; e
 - Colour space - RGB (Red, Green and Blue).
- Para os originais em tons de cinza:
 - Resolução de cor (bit depth) - 8 bits – 256 tonalidades; e
 - Colour space – grayscale.
- Para os originais em preto e branco
 - Resolução de cor (bit depth) - bitonal; e
 - Colour space – preto e branco.

Recursos necessários nas imagens geradas:

- “Deskew”: Elimina uma eventual inclinação em relação à linha horizontal com que tenha sido digitalizado o documento.
- “Registration e Cropping”: Eliminam as eventuais “margens negras” que ficam no documento digitalizado devido a diferença entre o tamanho real do documento e o tamanho da área de digitalização padrão definida para o scanner.



SENADO FEDERAL

- “Remove Noise”: Remove todas as pequenas manchas (pigmentos) que ficam na imagem por causa da qualidade do papel original.

5. Arquivo para exibição

Os arquivos Imagem de Trabalho deverão ser “encapsulados” utilizando a ferramenta da Adobe, gerando arquivos extensão PDF/A (Portable Document Format) de acordo com a ISO-19005-1 - Document management - Electronic document file format for long-term preservation - Part 1: Use of PDF 1.4 (PDF/A-1) ou mais recente. Esses documentos deverão ter os caracteres reconhecidos, onde a imagem deverá ser exibida e o arquivo texto ficará oculto.

Este reconhecimento de caracteres deverá ter uma **taxa mínima de acerto de reconhecimento das palavras de 90% (noventa por cento)**. Este texto não necessita de formatação, pois será utilizado somente para permitir a recuperação “full text” nas consultas, não sendo exibido para o usuário pesquisador.

No momento da “encapsulação” dos “Arquivos Imagem de Trabalho” para o “Arquivo para Exibição” no formato PDF/A **deverá ser utilizada a função para diminuir o tamanho do arquivo**. Esta configuração deverá ser acertada com a Biblioteca do Senado Federal para cada lote de recortes.

- Formato do arquivo – PDF/A - .pdf

6. Arquivo de Metadados

Para os metadados deverão ser criados arquivos no formato XML (Extensible Markup Language) que representem os itens descritos a seguir:

Modelo de metadados – terão os seguintes itens:

- Estrutura de arquivamento dos objetos (descreve a estrutura das pastas em que os objetos estarão armazenados, conforme descrito no item “Armazenamento e nomenclatura dos arquivos” deste documento – obrigatório;
- Nome do arquivo imagem - obrigatório;
- Nome do Jornal - obrigatório;
- Data de Publicação - obrigatório;
- Título da Matéria - obrigatório; e
- Nome do Autor da Matéria – opcional.

Forma de Geração dos metadados – os metadados deverão ser transcritos dos recortes de jornais pela empresa contratada.

- Formato do arquivo – XML.



SENADO FEDERAL

7. Microfilmes

Para cada imagem original deverá ser criado um correspondente em microfilme.

Os índices de organização e localização das imagens deverão ter o mesmo conjunto de metadados utilizados nas imagens digitais. Estes metadados deverão auxiliar na recuperação das imagens por meio da numeração e marcas de nível (blips) colocados nos fotogramas.

Os “arquivos imagem de trabalho” deverão ser as imagens utilizadas para a geração dos microfilmes.

As imagens deverão ser gravadas em microfilmes de rolo de 16 mm (dezesesseis milímetros).

Cada rolo de microfilme deverá conter imagens de apenas um título de jornal, exemplo: Correio Braziliense. Não será permitido que um rolo de microfilme contenha mais de um jornal.

8. Armazenamento e nomenclatura dos arquivos

Os arquivos gerados deverão obedecer aos seguintes padrões de armazenamento e nomenclatura.

Estrutura de arquivamento das pastas (diretórios) que organizará os **Arquivos para Preservação e correspondente Arquivo para Exibição:**

- Pasta 1º nível – coleção: “RJornais”; e
- Pasta 2º nível – nome da pasta (assunto): toda pasta possui um assunto que a identifica;
- Pasta 3º nível - Seqüencial da pasta – caso o assunto possua mais de uma pasta, deverá ser indicada o seqüencial alfabético;
- Exemplo: \RJornais\Constituinte 1988\A;
 \RJornais\Constituinte 1988\B.

Nome dos arquivos Imagem de trabalho:

- Nome da coleção: RJornais;
- Nome da pasta (assunto): toda pasta possui um assunto que a identifica;
- Seqüencial da pasta – caso o assunto possua mais de uma pasta, deverá ser indicada o seqüencial alfabético;
- Seqüencial – número da primeira imagem do artigo, com 02 (duas) posições;
- No caso de existir mais de uma imagem (recorte) para o mesmo assunto, deverão ser acrescentadas as letras “a”, “b” ou “c”, conforme o número de recortes



SENADO FEDERAL

Os dados que compõem o nome do arquivo deverão ser separados pelo caractere “_” (under score).

Exemplo: Rjornais_Constituinte_1988_01.tif
Rjornais_Constituinte_1988_b_02_a.tif
Rjornais_Constituinte_1988_02_b.tif

Nome dos Arquivos para Exibição:

- Terá o mesmo nome do arquivo imagem correspondente, com a extensão (tipo do arquivo) da Adobe Acrobat.

Exemplo: Rjornais_Constituinte_1988_01.pdf

Microfilmes

- Cada rolo deverá conter as imagens de apenas um jornal e respectivos índices.

9. Controle para digitalização

Todo o trabalho descrito neste Projeto deverá ser executado nas dependências da contratada, com exceção da preparação do material, que deve ser executado nas dependências da contratante.

Estarão envolvidos no controle de envio e recebimento do material para digitalização representante da Biblioteca do Senado Federal e representante da Empresa Contratada.

A Biblioteca do Senado Federal e a empresa contratada deverão indicar formalmente os seus representantes designados para o envio e recebimento dos materiais. Em nenhuma hipótese, servidor ou funcionário que não tiver o nome constante nesta relação poderá receber ou enviar qualquer material.

A contratada, após realizar os procedimentos de preparação do material para ser digitalizado dentro das dependências da contratante, levará este material para as suas instalações, executará o serviço e devolverá o material em condições idênticas em que foram retirados, acompanhado de duas mídias DVD's (do mesmo conteúdo) contendo os arquivos de trabalho, arquivos para exibição, arquivos de metadados e microfilmes. Somente será dado o aceite do material recebido quando todos esses itens forem entregues para a Biblioteca. A exceção são os microfilmes que deverão ser entregues à contratada, quando o rolo alcançar a ocupação de no máximo 90% (noventa por cento).

O serviço prestado pela contratada deverá ser controlado pelo documento de Controle de Serviço – CS. O conjunto de CS utilizado em um mês gerará a Ordem de Serviço – OS, que será o documento final para atestar a execução do serviço pela contratada, inclusive para a geração da fatura de pagamento.



SENADO FEDERAL

10. Documento Controle de Serviço – CS

O CS é o documento que acompanhará todas as etapas do serviço, desde a sua solicitação até a emissão do aceite pelo Senado.

A execução de um serviço possui sempre dois atores, a saber: responsável pela Biblioteca (usuário) e responsável pela Empresa (executor).

O CS é o documento que registra a execução de um serviço ou produto, em todas as suas fases. Inicia-se com a solicitação do serviço pelo Senado Federal, em seguida a execução pela empresa e finaliza com a emissão do aceite que é dado pelo Senado (usuário e órgão técnico responsável) permitindo que o serviço executado seja pago.

Todo o serviço deverá ser detalhado o suficiente para esclarecer ao executor a forma em que deverá ser executado. As informações registradas no CS serão consideradas para alimentar a Ordem de Serviço, que será o documento oficial de concordância do Senado sobre a execução do serviço prestado pela contratada para que seja efetuado o pagamento.

Descrição dos dados do CS:

Informações básicas que tornam o CS único.

- Número do CS
- Identificação do Contrato
 - Número do Contrato; e
 - Número do Processo;
- Identificação da Empresa
 - Nome da Empresa;
 - Nome do responsável pelo contrato na Empresa;
 - Telefone; e
 - E-mail.
- Identificação da tramitação
 - Data de entrega;
 - Data prevista de devolução;
 - Data de devolução.
- Identificação dos responsáveis do Senado pela solicitação do serviço:
 - Nome;
 - Matrícula;
 - E-mail;
 - Telefones;
- Identificação dos responsáveis técnicos da Empresa pela execução do serviço:
 - Nome do responsável;
 - E-mail; e
 - Telefones.
- Identificação do serviço – uma CS poderá conter várias pastas
 - Nome da pasta;
 - Número de recortes da pasta;



SENADO FEDERAL

- Identificação do rolo de microfilmes com as imagens correspondentes.

11. Ordem de Serviço – OS

A OS é o documento no qual o contratante atesta todas as características do serviço prestado pela contratada. Será emitida todo o final de mês, durante a vigência do contrato, para que o pagamento pelo serviço prestado no período possa ser efetuado.

Uma OS pode ter mais de um documento de Controle de Serviço.

A OS é composta pelos seguintes dados:

Informações básicas que tornam a OS única.

- Identificação do Contrato
 - Número do Contrato;
 - Número do Processo; e
 - Ementa.
- Identificação da Empresa
 - Nome da Empresa;
 - CGC;
 - Endereço;
 - Nome do responsável pelo contrato na Empresa;
 - Telefone; e
 - E-mail.
- Número da OS;
- Data de emissão.

Informações sobre o serviço executado.

- Data de envio;
- Data de recebimento;
- Identificação da pasta;
- Quantidade de recortes por pasta;
- Totais da OS
 - Número total de recortes digitalizados da OS

12. Procedimento para aceite do serviço realizado

O procedimento de aceite será executado pela Biblioteca do Senado Federal, por amostragem e constará de duas etapas:

Verificação das características técnicas dos arquivos – onde será verificado se os arquivos eletrônicos estão de acordo com as especificações técnicas constantes no Contrato.



SENADO FEDERAL

Verificação das imagens e textos dos arquivos – onde será verificado se os arquivos imagem estão com qualidade visual e de informação. Este procedimento é feito com as imagens em tamanho normal e aplicando-se o recurso de “Zoom” (aumento da imagem com recurso de um software visualizador de imagem) e confrontando com o original.

Nos arquivos texto, deverá ser quantificada a acuidade do acerto do reconhecimento de caracteres, que deve ser superior a 90% (noventa por cento).

Para os objetos em formato TIFF, as condições do arquivo devem estar 100% (cem por cento) corretas.

Mesmo após a emissão do aceite sobre o serviço realizado, a contratada, se responsabilizará pela qualidade do serviço pelo prazo especificado no item que trata da Garantia.

13. Local para a realização do serviço

A licitante deverá ter espaço físico adequado e seguro para a guarda transitória dos documentos, com o acesso restrito a pessoas autorizadas.



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2012

(Processo PRODASEN nº 000.370/11-8)

ANEXO 03

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO

Que entre si celebram, de um lado, a UNIÃO por intermédio do SENADO FEDERAL e, do outro, _____, para a prestação de **serviços de digitalização de recortes de jornais**.

A **UNIÃO**, por intermédio do SENADO FEDERAL, doravante denominado SENADO ou CONTRATANTE, com sede na Praça dos Três Poderes, em Brasília-DF, CNPJ nº 00.530.279/0001-15, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, _____, e _____, com sede na _____, fax nº (____) ____-____ e (____) ____-____, telefone nº (____) ____-____ e ____-____, CNPJ-MF nº _____ /____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, CI. _____, expedida pela ____/____, CPF nº. _____-____, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO** nº 002/2012, homologado pelo Senhor Diretor-Geral, às fls. ____ do Processo nº _____, incorporando o edital e a proposta apresentada pela CONTRATADA, fls. ____/____ a este instrumento, e sujeitando-se as partes às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dos Atos nºs 24/1998 e 10/2010, ambos da Comissão Diretora do SENADO, e das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a **prestação de serviços de digitalização de um acervo de 1.000.000 (um milhão) de recortes de jornais, reconhecimento ótico de caracteres dos textos existentes nos recortes sem conferência visual, indexação do conteúdo dos recortes, gravação de arquivos de metadados, textos e imagens resultantes em meio magnético (temporário) e a geração de microfimes**, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações constantes deste contrato e do edital.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

São obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas neste contrato ou decorrentes da natureza do ajuste:

- I -** manter durante a execução deste contrato as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação;
- II -** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- III -** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste contrato;
- IV -** manter, durante a realização de serviços nas dependências do SENADO, os seus empregados e prepostos uniformizados, devidamente identificados e munidos dos equipamentos de proteção e segurança do trabalho, quando for o caso;
- V -** manter preposto para este contrato que irá representá-la sempre que for necessário;
- VI -** possuir espaço físico adequado e seguro para a guarda transitória dos documentos, com o acesso restrito a pessoas autorizadas;
- VII -** atender às Solicitações de Serviço de acordo com as especificações técnicas, procedimentos de controle administrativos, cronogramas físicos que venham ser estabelecidos pelo SENADO;
- VIII -** manter os Sistemas de controle da produção de serviços atualizados permanentemente;
- IX -** prestar os serviços com profissionais adequadamente capacitados, em locais e instalações determinados pela contratante, com experiência compatível com a atividade a ser exercida;
- X -** refazer serviços nos prazos estabelecidos, quando eles apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos, sem ônus adicionais para o SENADO;
- XI -** manter os seus profissionais atualizados tecnologicamente, promovendo os treinamentos e participação em eventos de caráter técnico que permitam a prestação dos serviços exigidos pelo SENADO;



SENADO FEDERAL

XII - acatar as orientações do SENADO, sujeitando-se a mais ampla fiscalização no âmbito do contrato, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

XIII - reportar ao SENADO, imediatamente, qualquer anormalidade, erros e irregularidades observadas no desenvolvimento dos serviços contratados, causados por ações do pessoal contratado, de servidores públicos ou de terceiros;

XIV - acatar e obedecer às normas de utilização e segurança das dependências da contratante;

XV - manter os seus profissionais informados quanto às normas disciplinares da contratante, exigindo sua fiel observância, especialmente quanto à utilização e segurança das instalações;

XVI - substituir imediatamente o profissional que seja considerado inapto para os serviços a serem prestados, seja por incapacidade técnica, atitude inconveniente ou falta de urbanidade ou que venha a transgredir as normas disciplinares do SENADO;

XVII - comunicar por escrito qualquer anormalidade, prestando ao SENADO os esclarecimentos julgados necessários;

XVIII - assumir a responsabilidade por todos os encargos fiscais, previdenciários e obrigações previstas na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

XIX - assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando forem vítimas os seus profissionais no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do SENADO;

XX - assumir a responsabilidade pela preservação da integridade e guarda de sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos de processamento de informações. No caso de divulgação indevida de informações contidas nos documentos sob sua guarda, a Contratada, além de sujeitar-se às penas previstas na legislação específica e às sanções estabelecidas neste Contrato, se obriga a compor eventual dano moral ou material proveniente da divulgação;

XXI - cumprir a política de segurança, sob pena de incorrer nas sanções disciplinares e legais cabíveis;

XXII - utilizar os Sistemas de Informações das entidades e os recursos a ela relacionados somente para os fins previstos pelas normas de segurança em vigor no SENADO;



SENADO FEDERAL

XXIII - não compartilhar, sob qualquer forma, informações confidenciais com outros que não tenham a devida autorização de acesso;

XXIV - responder por todo e qualquer acesso aos recursos de informática e dados das entidades do SENADO, bem como pelos efeitos desses acessos efetivados através do seu código de identificação, ou outro atributo para esse fim utilizado;

XXV - respeitar a proibição de não usar, inspecionar, copiar ou armazenar programas de computador ou qualquer outro material, em violação da lei de direitos autorais (copyright);

XXVI - efetuar backup diário das bases de dados e dos sistemas em desenvolvimento e manutenção. Cópias de segurança deverão ser realizadas em mídias eletrônicas e guardadas em local seguro.

XXVII – dispor das seguintes instalações, a ser comprovada na data de assinatura do contrato, através de visita nas instalações da CONTRATADA:

a. aparelhamento técnico disponível e que será utilizado na execução dos serviços, descrevendo a quantidade de estações de trabalho disponíveis (configuração/marca/modelo), quantidade de scanners disponíveis (marca/modelo/velocidade nominal e tamanho do documento); devendo conter, no mínimo, 04 (quatro) equipamentos scanner com ADF (Alimentador automático de papeis), de alta performance, que permita a captura da imagem dos recortes de jornais com capacidade nominal de produção de 50 (cinquenta) páginas por minuto, e 02 (dois) equipamentos scanner de mesa (flatbad), formato mínimo A2 (420 mm x 594 mm);

b. aparelhamento técnico disponível e que será utilizado na execução dos serviços, descrevendo a quantidade de estações disponíveis (configuração/marca/modelo), quantidade de microfilmadoras eletrônicas existentes, apresentando a sua capacidade nominal de produção e a capacidade da geração dos microfilmes de 16mm (dezesseis milímetros) com recurso para a geração automática de índices de organização e localização das imagens com a colocação da numeração e marcas de nível (blips) nos fotogramas.

XXVIII – apresentar, na data de assinatura do contrato, declaração de que é possuidora de software de reconhecimento de caracteres (OCR) de eficiência reconhecida pelo mercado;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela CONTRATADA e a ela vinculados.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA responsabilizar-se-á por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados, ou prepostos, decorrentes da execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não poderá a CONTRATADA veicular publicidade acerca do serviço a que se refere o presente contrato, salvo autorização específica do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA não poderá ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações deste contrato a terceiros.

PARÁGRAFO QUINTO - Aplicam-se a este contrato as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do SENADO:

- I** - designar um Representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, e dentre outras;
- II** - registrar as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando junto ao Preposto o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- III** - analisar os documentos produzidos em decorrência deste contrato, para o devido atesto pelo gestor, dos serviços realizados pela contratada, efetuando as eventuais ressalvas;
- IV** - permitir acesso dos empregados da contratada às instalações onde serão executados os serviços independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução dos serviços;
- V** - prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada com relação à execução dos serviços; e
- VI** - proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa desempenhar seus serviços, dentro das normas deste contrato;

CLÁUSULA QUARTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA deverá estar apta a iniciar a execução dos serviços objeto deste contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da assinatura deste contrato.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA executará todo o serviço em suas dependências, com exceção da preparação do material, que deverá ser executado nas dependências do SENADO, conforme Anexo 2 do edital.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será responsável pela busca, processamento e devolução dos lotes, nos termos deste contrato, do edital e seus anexos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Estarão envolvidos no controle de envio e recebimento do material para digitalização o gestor deste contrato e o preposto da CONTRATADA, não podendo, em nenhuma hipótese, servidor ou funcionário que não tiver o nome constante nesta relação receber ou enviar qualquer material.

PARÁGRAFO QUARTO – O serviço prestado pela CONTRATADA deverá ser controlado pelo documento de Controle de Serviço – CS. O conjunto de CS utilizado em um mês gerará a Ordem de Serviço – OS, que será o documento final para atestar a execução do serviço pela contratada, inclusive para a geração da fatura de pagamento.

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATADA, após realizar os procedimentos de preparação do material para ser digitalizado dentro das dependências do SENADO, levará esse material para as suas instalações, executará o serviço e devolverá o material em condições idênticas às que foram retirados, acompanhado de duas mídias DVD's (do mesmo conteúdo) contendo os arquivos de trabalho, arquivos para exibição, arquivos de metadados e microfilmes.

PARÁGRAFO SEXTO – Somente será dado o aceite do material recebido quando todos os itens referidos no parágrafo quinto forem entregues para o SENADO, à exceção dos microfilmes que deverão ser entregues ao contratante, quando o rolo alcançar a ocupação de no máximo 90% (noventa por cento).

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA deverá digitalizar, mensalmente, no mínimo, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) recortes, ou seja, 1/12 (um doze avos) do montante total.

PARÁGRAFO OITAVO – O SENADO, quando da assinatura do contrato, poderá solicitar à CONTRATADA, a realização de **demonstração** da execução do trabalho objeto deste contrato, com a geração dos arquivos eletrônicos que serão analisados e avaliados, e, ainda, realizará **inspeção** nos trabalhos de digitalização executados, ou em execução, pela contratada, para a avaliação técnica de compatibilidade e adequação às especificações do objeto do contrato.

I – Os trabalhos executados pela empresa serão avaliados por técnicos do SENADO com conhecimentos específicos.

PARÁGRAFO NONO – A **demonstração** deverá ser realizada mediante diligência nas instalações da CONTRATADA, quando também serão verificados os equipamentos existentes, nos termos da cláusula segunda, e a experiência e formação dos profissionais responsáveis.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA QUINTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Efetivada a entrega, o objeto será recebido:

I - Provisoriamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação da conformidade das especificações, e constará de duas etapas, realizadas por amostragem:

- a) **Verificação das características técnicas dos arquivos** – quando será verificado se os arquivos eletrônicos estão de acordo com as especificações técnicas constantes no Contrato.
- b) **Verificação das imagens e textos dos arquivos** – quando será verificado se os arquivos imagem estão com qualidade visual e de informação. Este procedimento é feito com as imagens em tamanho normal e aplicando-se o recurso de “Zoom” (aumento da imagem com recurso de um software visualizador de imagem) e confrontando com o original.
 - b.1) Nos arquivos texto, deverá ser quantificada a acuidade do acerto do reconhecimento de caracteres, que deve ser superior a 90% (noventa por cento).
 - b.2) Para os objetos em formato TIFF, as condições do arquivo devem estar 100% corretas.
- c) **Verificação das imagens e índices dos microfilmes** – quando será verificado se as imagens dos microfilmes e os respectivos metadados estão corretos quanto à qualidade das imagens e se os índices estão de acordo com os arquivos gerados.

II - Definitivamente, pelo gestor responsável pela fiscalização do contrato, mediante termo circunstanciado, após verificação da conformidade do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Mesmo após a emissão do aceite sobre o serviço realizado, a CONTRATADA se responsabilizará pela qualidade do serviço pelo prazo de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

O SENADO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o valor unitário de R\$ _____ (_____), por recorte de jornal, conforme proposta da CONTRATADA, de fls. ____.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global estimado do presente instrumento é de R\$ _____ (_____), compreendendo todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução deste contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento efetuar-se-á mensalmente, por intermédio de depósito em conta bancária da CONTRATADA, no prazo de 9 (nove) dias úteis, ressalvada a hipótese prevista no § 3º, do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, a contar do recebimento definitivo do objeto, condicionado à apresentação do documento fiscal, em 2 (duas) vias, com a discriminação do objeto, acompanhada do original da nota de empenho, das “Ordens de Serviço”, bem como do termo circunstanciado do recebimento definitivo emitido previamente pelo gestor, não sendo, em nenhuma hipótese, permitida a antecipação de pagamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento ficará condicionado à apresentação da garantia prevista na cláusula décima e à entrega dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARÁGRAFO QUARTO - As eventuais despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou agências são de responsabilidade da CONTRATADA.

PARÁGRAFO QUINTO - Havendo vício a reparar em relação à nota fiscal/fatura apresentada ou em caso de descumprimento pela CONTRATADA de obrigação contratual, o prazo constante do parágrafo segundo desta cláusula será suspenso até que haja reparação do vício ou adimplemento da obrigação.

PARÁGRAFO SEXTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre o término do prazo referido no parágrafo segundo e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i / 365 \quad I = 6 / 100 / 365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

O preço será fixo e irrevogável.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA OITAVA - DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite legal estabelecido no art. 65, inciso II, e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta de dotação orçamentária classificada como Programa de Trabalho 037636 e Natureza de Despesa 339039, tendo sido empenhadas mediante a Nota de Empenho n.º _____.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para os exercícios futuros, o SENADO emitirá notas de empenho indicando a dotação orçamentária à conta da qual correrão as despesas, independentemente de celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA

A CONTRATADA prestará garantia de R\$ _____ (_____), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste contrato, nos termos do art. 56 da Lei nº 8.666/1993, em uma das seguintes modalidades:

- I** - caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- II** - seguro-garantia; ou
- III** - fiança bancária.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da assinatura deste contrato, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia será recalculada, nas mesmas condições e proporções, sempre que ocorrer modificação no valor deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso de vencimento, utilização ou recálculo da garantia, a CONTRATADA terá o prazo de 10 dias, a contar da ocorrência do fato, para renová-la ou complementá-la.



SENADO FEDERAL

PARÁGRAFO QUARTO – Nas hipóteses de a garantia ser prestada nas formas previstas nos incisos II e III, não se admitirá que os respectivos documentos contenham qualquer termo ou condição que limitem ou frustrem a plena execução do valor da garantia ofertada.

PARÁGRAFO QUINTO - A garantia será liberada após a execução plena deste contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, de acordo com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá aos gestores André Luiz Lopes Miranda, matrícula 223624, e Marta Maria Pincowsca Cardoso, matrícula 103805, titular e substituto, respectivamente, designados pelo Ato nº 7748 de 2011 da Diretoria-Geral, promover todas as ações necessárias ao fiel cumprimento deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo atraso injustificado na execução deste contrato ou pela sua inexecução total ou parcial, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o SENADO e seus órgãos supervisionados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

V - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao SENADO os prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nas alíneas III e IV desta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das sanções previstas nos incisos II e V desta Cláusula, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a CONTRATADA ainda poderá ser impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do SENADO pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sempre que ocorrer alguma das seguintes hipóteses:



SENADO FEDERAL

- I** – apresentar documentação falsa;
- II** – fraudar a execução do contrato;
- III** – comportar-se de modo inidôneo;
- IV** – fazer declaração falsa;
- V** – cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A ocorrência de alguma das hipóteses constantes do parágrafo anterior enseja a rescisão unilateral do contrato, sujeitando-se a CONTRATADA à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O atraso injustificado ou que sua justificativa não venha a ser aceita pelo SENADO na execução deste contrato, sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,3% (três décimos por cento), ao dia, sobre a parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUARTO - A não apresentação da garantia contratual prevista na cláusula oitava sujeitará a CONTRATADA à multa de 0,1% (um décimo por cento), ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias.

PARÁGRAFO QUINTO - Durante o período de 30 (trinta) dias previsto nos parágrafos terceiro e quarto, a critério do SENADO, este contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais sanções.

PARÁGRAFO SEXTO - Findo o prazo limite previsto no parágrafo terceiro, sem adimplemento da obrigação, aplicar-se-á, cumulativamente, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida deste contrato, podendo ainda o SENADO, a seu critério, fazer uso da garantia prestada pela empresa e impor outras sanções legais cabíveis.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em caso de perda ou dano que invalide o documento, será aplicada multa de R\$ 100,00 (cem reais) para cada recorte.

PARÁGRAFO OITAVO - Além das multas previstas nos parágrafos anteriores, no caso deste contrato vir a ser rescindido por culpa exclusiva da CONTRATADA, será aplicada multa correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor global deste contrato, fixada, a critério do SENADO, em função da gravidade apurada.

PARÁGRAFO NONO - A multa, aplicada após regular processo administrativo, garantido o direito de ampla defesa, será descontada das faturas emitidas pela CONTRATADA ou, se insuficiente, da garantia prestada na forma da cláusula oitava deste contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O descumprimento das obrigações por parte da CONTRATADA, relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e



SENADO FEDERAL

sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O valor remanescente da multa não quitada totalmente deverá ser recolhido à conta do SENADO ou, em último caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A rescisão deste contrato se dará por ato unilateral e escrito do SENADO, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão poderá ocorrer ainda da seguinte forma:

I - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o SENADO; ou

II - judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente do SENADO.

PARÁGRAFO QUARTO - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao SENADO é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos §§ 1º e 2º do mesmo artigo, bem como as do art. 80 da referida lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência por 12 (doze) meses consecutivos, a partir da data de sua assinatura.



SENADO FEDERAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste contrato.

Assim ajustadas, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias, na presença das testemunhas adiante nomeadas, que também o subscrevem.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2012

**DIRETOR-GERAL
SENADO FEDERAL**

**REPRESENTANTE
CONTRATADA**

**DIRETOR DA _____
DIRETOR DA _____**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2012

(Processo PRODASEN nº 000.370/11-8)

ANEXO 4

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

A licitante deverá enviar sua proposta de preços, juntamente com o instrumento de outorga de poderes do representante legal da empresa que assinará o contrato, conforme modelo abaixo, à Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo X - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/____					
Data de abertura:					
Nome da empresa:					
CNPJ:					
Endereço:					
CEP:					
Telefone: (DDD)					
Fax: (DDD)					
e-mail:					
Nome do Representante legal da empresa: (que irá assinar o contrato)					
CPF: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
RG/órgão emissor: (do representante legal da empresa que irá assinar o contrato)					
Instrumento de outorga de poderes: (encaminhar cópia do instrumento de outorga de poderes)					
ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
				R\$	R\$
VALOR GLOBAL					R\$

Instruções de preenchimento:

A licitante deverá informar os preços por item, total do item, e total global da proposta, seguindo a numeração constante no edital.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o contrato de Preços deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos, e, caso o somatório ultrapasse duas casas decimais deverão os valores ser arredondados da seguinte forma:



SENADO FEDERAL

quando a casa decimal imediatamente posterior às duas casas decimais dos centavos for igual ou superior a cinco aumenta-se a casa decimal anterior em uma unidade, e quando for inferior a cinco permanecerá a mesma inalterada, **observando-se que o valor apresentado no lance final deverá ser de qualquer maneira preservado, procedendo-se os arredondamentos, quando necessários, nos valores parciais e/ou dos individuais dos itens.**

A proposta de preços deverá estar datada e assinada.